

DINÂMICAS REVOLUCIONÁRIAS: O 25 DE ABRIL DE 1974, A CRISE DA HABITAÇÃO NO PORTO E AS RESPETIVAS SOCIOLOGIAS*

VIRGÍLIO BORGES PEREIRAⁱ

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

RESUMO

Mobilizando literatura sociológica e sócio-histórica de referência, o presente artigo ensaia a construção de uma interpretação sobre a relação revolucionária que se estabelece entre o levantamento militar ocorrido em Lisboa na madrugada de 25 de abril de 1974 e a força coletiva que o rodeia. Em articulação com um tal propósito, prolonga a construção do ponto de vista sociológico interpretativo sobre o processo revolucionário português, procurando dar conta do carácter especial que as questões urbana e do alojamento têm nele, dando atenção ao caso do Porto pelo que este representa de significativo neste processo no país.

PALAVRAS-CHAVE: revolução democrática, Portugal, alojamento, Porto

ⁱ jpereira@letras.up.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6887-165X>.

* O presente artigo retoma uma conferência proferida no âmbito do Colóquio *Fascisme, résistances et révolution, circulations entre le Portugal et la France: Autour des 50 ans du 25 avril 1974*, realizado no CNRS, em Paris, em maio de 2024. São devidos agradecimentos aos interlocutores diretos envolvidos na conferência em que se baseia o artigo, Yasmine Siblot e Christian Topalov.

ABSTRACT**REVOLUTIONARY DYNAMICS: 25 APRIL 1974, THE HOUSING CRISIS IN PORTO AND THEIR SOCIOLOGIES**

With reference to sociological and socio-historical literature, this article attempts to construct an interpretation of the revolutionary relationship established between the military uprising that took place in Lisbon at dawn on 25 April 1974 and the collective force that surrounded it. In connection with this purpose, it extends the construction of an interpretative sociological point of view of the Portuguese revolutionary process, trying to identify the specific character that urban and housing issues have in it, highlighting the case of Porto, for what it represents in terms of importance in this process in the country.

KEYWORDS: democratic revolution, Portugal, accommodation, Porto

RESUMÉ**DYNAMIQUES RÉVOLUTIONNAIRES: LE 25 AVRIL 1974, LA CRISE DU LOGEMENT À PORTO ET LEURS SOCIOLOGIES**

En s'appuyant sur la littérature sociologique et socio-historique de référence, cet article tente de construire une interprétation de la relation révolutionnaire établie entre le soulèvement militaire survenu à Lisbonne à l'aube du 25 avril 1974 et la force collective qui l'entoure. Dans cette optique, il prolonge la construction d'un point de vue sociologique interprétatif sur le processus révolutionnaire portugais en cherchant à rendre compte du caractère particulier que revêtent les questions urbaines et de logement dans ce processus et en s'intéressant notamment au cas de Porto en raison de son importance dans ce processus au niveau national.

MOTS-CLÉS: révolution démocratique, Portugal, logement, Porto

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura estabelecer um quadro de entendimento sociológico sobre a força coletiva que se combina com o levantamento militar ocorrido em Lisboa na madrugada de 25 de abril de 1974 e que o transformará, definitivamente e desde muito cedo, numa revolução.

Em articulação com um tal propósito, ensaia, de seguida, a construção de um ponto de vista sociológico interpretativo sobre o modo de conceber a investigação dedicada ao processo revolucionário português, procurando dar conta do carácter especial que a questão urbana, em geral, e a do alojamento, em particular, têm nele. Foca-se a atenção no caso do Porto pelo que este representa de significativo neste processo no país.

1. O 25 DE ABRIL DE 1974

“Esta é a madrugada que eu esperava”. Assim começa o mais citado poema sobre o 25 de Abril de 1974. O simples e poderoso verso de Sophia de Mello Breyner Andersen revelaria bem o sentimento que invadiu, primeiro, centenas, depois, milhares e, mais tarde, milhões de portugueses, assim que perceberam quais eram as reais intenções da coluna militar liderada pelo capitão Salgueiro Maia naquela madrugada de abril de 1974 no Terreiro do Paço, em Lisboa, e das restantes que se lhe associavam noutros pontos críticos e estratégicos desta e de outras cidades do país (Contreiras, 2018). Militar experiente, ainda que com apenas 29 anos, capaz de liderar homens com armas pelo exemplo e pela palavra, Salgueiro Maia, juntamente com os seus camaradas do Movimento das Forças Armadas (MFA), propunha-se acabar com um regime ditatorial de inspiração fascista que durava, em Portugal, há quase meio século. Executando um plano conspirativo preparado coletivamente ao longo de muitos meses, nessa madrugada beneficiou também, sabe-se hoje, da sorte dos audazes, convencendo a – não muito preparada militarmente – coluna que comandava a concretizar um arriscado golpe militar com as seguintes palavras: “Como sabem, há os Estados socialistas, os Estados ditos comunistas, os Estados capitalistas e há o Estado a que chegámos.” Maia propunha-se acabar com o “Estado a que chegámos”, para o que contou com todos os militares da coluna, que o acompanharam. A habilidade no uso da palavra e a vontade deliberada dos propósitos alicerçados no uso revolucionário da força terão valido ao Capitão Salgueiro Maia e aos seus homens algumas vitórias nesse dia. O cumprimento eficaz das restantes ações cruciais inscritas no plano conspirativo do MFA e a adesão imediata do

povo de Lisboa e, reconheça-se, de outros pontos do país, à medida que a natureza do golpe era conhecida, fizeram o resto: deram a noção a Maia e a quem comandava as operações no posto de comando das Forças Armadas, no quartel da Pontinha, de que ninguém tinha falhado o previsto no plano e que aquela madrugada era esperada por muitos, que depressa rodearam os militares, apoiando-os (Rosado, 2024).

Percebendo o que estava a acontecer, não foi apenas o povo de Lisboa que saiu à rua e arriscou apoiar o movimento, numa altura em que a evolução dos acontecimentos não tinha desfecho previsível. Também os jornalistas e fotógrafos o fizeram, ousando registar os diferentes passos a que a queda do regime de Salazar e Caetano esteve sujeita; seriam reportagens memoráveis, a mais imprevisível de todas, seguramente, feita por um jornalista de rádio desempregado a quem um camarada de profissão emprestou um microfone. Ainda que tenha tentado resistir, opondo força à intervenção do MFA, no limite, por recusa de cumprimentos de ordens de disparo por parte de soldados, o regime de Caetano não foi capaz de se defender. Isolado, Caetano, legalista e classista, negociou com Maia a chamada de um general para a entrega do poder, rendendo-se e entregando-o a António de Spínola (Gomes e Cunha, 2014).

A espetacular, épica e florida movimentação militar iniciada com senhas constituídas por canções, liderada por capitães jovens militarmente preparados e reflexivos, punha cobro a um regime exaurido por uma longa guerra colonial que dominava, pela força de uma eficaz polícia política, uma sociedade profundamente desigual, ela própria exaurida por esse esforço de guerra, pela emigração e por um crítico processo de desenvolvimento (Ferreira, 2023). Os dias que se seguiram foram plenamente vividos numa celebração da liberdade, que teria nas manifestações unitárias do primeiro dia de maio de 1974 por todo o país a sua expressão mais feliz. O que foi união nesses dias, contudo, cedo deu origem a uma aceleração política sem precedentes na história recente de Portugal. Ainda que os militares possuíssem um programa político, estruturado em torno da democracia, da descolonização e do desenvolvimento, as disputas políticas pelo comando dos destinos da revolução fariam o seu caminho. Aos alinhamentos de interesses e de

ações entre lideranças militares associadas às figuras de Spínola, tornado presidente da República, de Vasco Gonçalves, primeiro-ministro de quatro governos provisórios, de Otelo Saraiva de Carvalho, responsável pelo Comando Operacional do Continente (COPCON), entidade que se converteu, em grande medida, numa “(van)guarda revolucionária”, dos “moderados” no interior do MFA (Rezola, 2022; Loff, 2022), acrescenta-se a formação de um campo político-partidário, originalmente muito marcado pela capacidade de ação do Partido Comunista Português (PCP), mas cuja liderança organizacional e política cedo foi disputada pelo Partido Socialista (PS), formado um ano antes, e pelos entretanto criados Partido Popular Democrático (PPD), mais tarde PPD-PSD (Partido Social-Democrata), Centro Democrático Social (CDS) e uma miríade de pequenas organizações políticas de extrema-esquerda e também de extrema-direita (Chilcote, 2010). A propósito da extrema-direita, não obstante todas as suas movimentações, inclusive armadas, importará ter presente que não houve, na época, condições para reclamar de modo eleitoralmente significativo a herança política do “Estado Novo” (Rosas, 2024, pp. 72-80). A ebulição militar, em Portugal e nas colónias, a aceleração política em Lisboa e no país e uma excecional explosão de reivindicações sociais e políticas, desde logo visível nas manifestações do 1.º de Maio de 1974, não deixavam margem para que tal acontecesse.

2. A REVOLUÇÃO E A CRISE DA HABITAÇÃO PORTUENSE

Na sua multidimensionalidade, a revolução portuguesa foi imediatamente objeto de densa atenção por parte da história e das ciências sociais, aí se incluindo também a sociologia. Não haverá muitas dúvidas de que a liberdade passou pela revolução portuguesa, fazendo-a original e muito desafiante do ponto de vista sociológico (Fishman, 2019). As mais produtivas destas investigações sintonizam-se hoje com as agendas mais inovadoras de investigação científico-social sobre as revoluções (Bantigny, Deluermoz, Gobble, Jeanpierre e Palieraki, 2023) e procuram compreender as modalidades de conversão das práticas e representações em capitais no processo revolucionário (Baczko, Dorronsoro e Quesnay, 2016), tendo presentes realidades social e politicamente marcadas por elevada

complexidade e por grande aceleração social. No quadro revolucionário português, um dos domínios que revelam bem as incidências de tal complexidade e aceleração passa pelas questões urbanas e pelo alojamento. Sem perder de vista o necessário enquadramento, e por razões de espaço, destacam-se, seguidamente, algumas propriedades da investigação que tem vindo a ser produzida sobre tais questões na cidade do Porto.

Para historiadores, sociólogos e arquitetos experimentados, não é surpresa que à explosão revolucionária tenha sucedido um apoio popular maciço associado a um quadro reivindicativo denso, explicitamente orientado para a resolução de problemas habitacionais urgentes (Ferreira, 1975). Como salienta Christian Topalov no extenso artigo que publicou na revista *Espaces et sociétés* de março-junho de 1976, versando uma realidade que reportava apenas até ao período de 11 de março de 1975, com ou sem revolução, a indústria da construção não conseguiria resolver a procura habitacional de que Portugal carecia, tão especializada estava em habitação turística e de luxo, e tão flagrante era a escassez habitacional: pelo menos 500 mil alojamentos em falta, especialmente nas grandes cidades do país, como Lisboa, Porto e Setúbal (Topalov, 1976; Cardoso, 1983). Não espantará, por isso, que os moradores mal alojados tivessem chegado imediatamente organizados às manifestações do 1.º de Maio de 1974, reivindicando casas e melhoria do acesso à habitação. No Porto – marcado por uma realidade habitacional complexa, onde se combinavam a insalubridade e sobreocupação das habitações antigas do centro histórico e das “ilhas” da área central (Teixeira, 1996) com uma prática de construção e de realojamento em habitação social na periferia interna da cidade, frequentemente ao abrigo de práticas punitivas –, tais reivindicações passaram rapidamente a implicar movimentos de ocupação de casas e de edifícios públicos, abrindo-se um quadro novo de oportunidades políticas que, num contexto organizado, de base vicinal, passou a ser ativa e politicamente explorado em articulação com determinados segmentos do MFA e dos partidos (Rodrigues, 1999). Obrigando tais movimentações a uma tomada de posição da parte do governo provisório, rapidamente este último mobilizou um arquiteto experimentado para o seu seio, Nuno Portas, nomeando-o secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo. Este arquiteto esteve na génese do Serviço de Apoio

Ambulatório Local (SAAL), uma medida de política habitacional baseada no apuramento de relações entre comissões de moradores, brigadas técnicas e municípios, que veio a ser implementada a partir de agosto de 1974 e, em grande medida, motivada pelas reivindicações diretas dos moradores do centro histórico do Porto (Portas, 1986; Coelho, 1986; Pereira, 2014).

Reclamando o direito ao lugar no centro histórico do Porto e no centro da cidade para quem vivia nas suas “ilhas”, bem como a reformulação da política de habitação social existente, desenvolveu-se desde muito cedo – em alguns casos, antes do processo revolucionário (como o que decorria nos bairros de habitação social com a Obra Diocesana e com o centro histórico através da ação do arquiteto Fernando Távora na recuperação da Ribeira-Barredo) – um trabalho de organização de comissões que redundou na formação de uma militância de bairro, promovida por assistentes sociais e arquitetos, em quadros que se combinavam com o apoio dos militares da região militar do Norte e/ou de partidos, nomeadamente de extrema-esquerda. Até 28 de setembro de 1974 num registo mais espontâneo, e ganhando volume depois desta data, as movimentações sociais dos moradores do Porto obtiveram reconhecimento através de legislação que formalizava a constituição de Comissões de Moradores (novembro de 1974) e alguns ganhos de causa, como a legislação que suspendia despejos em alojamentos sobrecupados do Grande Porto (janeiro de 1975). Radicalizando-se a partir de 11 de março de 1975, a ação do movimento dos moradores centralizou-se com a constituição do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (abril de 1975), logrando integrar, com o apoio dos militares, nos meses mais quentes do verão daquele ano, o Conselho Municipal do Porto (Rodrigues, 1999; Ferreira, 1975; Coelho, 1986). Traduzida na realização de publicações periódicas, no desenvolvimento de um trabalho de consciencialização e de organização de coletivos, com dinâmicas homólogas documentadas noutras realidades urbanas do país (Hammond, 1988; Downs, 1989; Pinto, 2013), a militância de bairro não raras vezes foi investida de um sentido moral marcado pelo apuramento de uma prática de autoctonia, informada politicamente mas não se reduzindo a uma perspetiva de política partidária (Queirós, 2015). Entre o previsto e o construído, o SAAL no Porto ficou muito aquém dos seus

objetivos, tendo-se perdido parte do ímpeto que o suportava à medida que as dinâmicas revolucionárias perdiam fulgor (Bandeirinha, 2007). Em todo o caso, os resultados envolveram o apuramento, discutido e negociado com as populações, de uma abordagem obstinadamente rigorosa sobre a casa e o bairro das classes populares do centro da cidade, num propósito de qualificação marcado por circunstâncias espaciais, de loteamento, de desenho e de construção muito exigentes. Apesar de ter ficado aquém, o método foi, nas poucas realizações que se consumaram, em grande medida, exemplar (Costa, 2022).

Em síntese, a dinâmica da participação social e política inscreveu-se ativamente no processo revolucionário português. A combinação entre esta e as reivindicações urbanas em matéria de alojamento foi bastante precoce e ativada muito antes da radicalização revolucionária que se associa ao 11 de Março de 1975. As atividades inscritas no SAAL/Norte, em particular as associadas às operações do processo no Porto, bem como outras relativas ao centro histórico e aos bairros municipais, constituíram, para os moradores de tais contextos, um espaço para o apuramento de competências técnicas, sociais e políticas vocacionadas para o desenvolvimento do trabalho em comissões. Na sequência do 25 de Novembro de 1975, polemizado, o SAAL foi extinto e as suas competências entregues aos municípios. Houve contextos que souberam redinamizar esta herança, e determinadas associações de moradores, potenciando organizações cooperativas, mantiveram a capacidade de inovação que possuíam, logrando construir habitações. Em todo o caso, transformado em símbolo de um modelo democrático participativo, o SAAL, envolvendo grande exigência em matéria de intervenção sobre terrenos, ação do Estado e capacidade de ação de comissões de moradores, foi frequentemente usado como argumento para um modelo alternativo à democracia representativa e tornado controverso ou apresentado como uma ameaça. Permanece, contudo, para alguns como memória de uma capacidade de inovação social e política alicerçada numa metodologia inovadora, também do ponto de vista técnico, adaptada para enfrentar emergências habitacionais. Talvez por isso, em momentos de exaltação coletiva e de recomposição da relação com a habitação, a sua memória teime em regressar ao espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Adam; DORRONSORO, Gilles; QUESNAY, Arthur – *Le Capital Social Révolutionnaire. L'exemple de la Syrie entre 2011 et 2014. Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris. ISSN 0335-5322. 211-212 (2016) 25-35.
- BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. ISBN 9789892612655.
- BANTIGNY, Ludivine; DELUERMOZ, Quentin; GOBILLE, Boris; JEANPIERRE, Laurent; PALIERAKI, Eugénia – *Une Histoire globale des révolutions*. Paris: La Découverte, 2023. ISBN 9782348059346.
- CARDOSO, Abílio – *State Intervention in Housing in Portugal (1950–1980)*. Tese de Doutorado. Reading: University of Reading, 1983.
- CHILCOTE, Ronald – *The Portuguese Revolution: State and class in the transition to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010. ISBN 9780742567931.
- COELHO, Mário Brochado – Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte – 1974-1976). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 18-19-20 (1986) 645–671.
- CONTRERAS, Carlos Almada (Coord.) – *Operação Viragem Histórica: 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2018. ISBN 9789896806591.
- COSTA, Ana Catarina – *O campo da Arquitectura na Construção da Cidade Democrática: processo SAAL/Porto*. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/142880>.
- DOWNS, Charles – *Revolution at the Grassroots: Community organizations in the Portuguese revolution*. Albany: SUNY Press, 1989. ISBN 9780791400661.
- FERREIRA, José Medeiros – *A Revolução do 25 de Abril. Ensaio histórico*. Lisboa: Shantarin, 2023. ISBN 9789899156142.
- FERREIRA, Vítor Matias – *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*. Porto: Afrontamento, 1975.
- FISHMAN, Robert – *Democratic Practice: Origins of the Iberian divide in political inclusion*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780190912888.
- GOMES, Adelino; CUNHA, Alfredo – *Os Rapazes dos Tanques*. Porto: Porto Editora, 2014. ISBN 9789720003683.
- HAMMOND, John – *Building Popular Power: Workers' and neighborhood movements in the Portuguese revolution*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1988. ISBN 9780853457404.
- LOFF, Manuel – A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro de 1975: Impulso, auge, refluxo. In ROSAS, Fernando (Ed.) – *Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022. ISBN 9789896716752. pp. 75-120.
- PEREIRA, Gaspar Martins – SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. ISSN 0871-164X. IV (2014) 13-31.

PEREIRA, Virgílio Borges – Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu: sobre as memórias do encontro entre o social e a política no Porto pós-revolucionário. In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (Eds.) – *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN 9789724417622. pp. 237-251.

PORTAS, Nuno – O processo SAAL: entre o estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 18-19-20 (1986) 635-644.

QUEIRÓS, João – *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Afrontamento, 2015. ISBN 9789723614503.

REZOLA, Maria Inácia – Definindo o poder político-militar (do 25 de abril ao 11 de março). In ROSAS, Fernando (Ed.) – *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022. ISBN 9789896716752. pp. 43-74.

RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores do Porto, 1974-1976*. Porto: Campo das Letras, 1999. ISBN 9789726101246.

ROSADO, Moisés Cayetano – *Salgueiro Maia: Das Guerras em África à Revolução dos Cravos*. Lisboa: Edições Colibri/Associação 25 de Abril/Associação Salgueiro Maia, 2024. ISBN 9789895660643.

ROSAS, Fernando – *Direitas Velhas, Direitas Novas*. Lisboa: Tinta da China, 2024. ISBN 9789896718893.

TEIXEIRA, Manuel – *Habitação popular na cidade oitocentista*. Lisboa: FCG/JNICT, 1996. ISBN 9789723107005.

TOPALOV, Christian – La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974 – 11 mars 1975). *Espaces et sociétés*. Toulouse. ISSN 0014-0481. 17-18 (1976) 109-136.

PINTO, Pedro Ramos – *Lisbon Rising: Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester: Manchester University Press, 2013. ISBN 9781526103062.